

Working paper

6th International
Conference of the
BRICS Initiative for
Critical Agrarian
Studies



BRICS Initiative for
Critical Agrarian Studies

Understanding the relationship between agrarian
issue and the movement of the reprimarization of
the economy in the brics context

Anderson Antonio da Silva, Manoel Calaça, Luiza Helena B. Machado



Compreendendo a relação entre a questão agrarian e o movimento de reprimarização da economia no context dos Brics

by Anderson Antonio da Silva, Manoel Calaça, Luiza Helena B. Machado

Published by: BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS)

in collaboration with: Universidade de
Brasília – UnB
Brasília, Brazil
Website: <http://www.unb.br/>

International Institute of Social Studies
The Hague, The Netherlands
E-mail: information@iss.nl *Website:*
www.iss.nl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brazil
Website: www.ufrgs.br/

Future Agricultures Consortium
Institute of Development Studies, University
of Sussex, England
E-mail: info@future-agricultures.org
Website: <http://www.future-agricultures.org/>

Universidade Estadual Paulista – UNESP
São Paulo, Brazil
Website: www.unesp.br

The Russian Presidential Academy of
National Economy and Public Administration
– RANEP
Moscow, Russian Federation
E-mail: information@ranepa.ru *Website:*
www.ranepa.ru

College of Humanities and Development
Studies
China Agricultural University, Beijing, China
E-mail: yejz@cau.edu.cn
Website: <http://cohd.cau.edu.cn/>

Transnational Institute
The Netherlands
E-mail: tni@tni.org *Website:* www.tni.org

Institute for Poverty, Land and Agrarian
Studies (PLAAS)
University of the Western Cape
Cape Town, South Africa
E-mail: info@plaas.org.za *Website:*
www.plaas.org.za

Terra de Direitos
Curitiba, Brazil
E-mail:
terradedireitos@terradedireitos.org.br
Website: terradedireitos.org.br

©Brasília, UnB, November/2018 All rights reserved. No part of this publication may be reproduced or transmitted in any form or by any means without prior permission from the publisher and the author.

Abstract

O tema da primarização da economia no Brasil é comumente estudado por economistas e o paradigma predominante na economia considera a questão agrária brasileira como uma questão do passado, algo resolvido, uma vez que o pensamento econômico contemporâneo abandonou a renda da terra como categoria analítica do desenvolvimento agrário, em detrimento da teoria marginalista. Neste artigo, debatemos a relação entre a questão agrária e o movimento de reprimarização da economia como um resultado da forma como a sociedade capitalista organizou o campo e a cidade, uma vez que essa forma de organização territorial no Brasil sempre esteve associada ao modelo agrário exportador. Neste sentido, o abandono da renda da terra como categoria analítica e a equivocada adoção do conceito de agronegócio como totalidade, trata-se de uma forma de subterfúgio teórico metodológico criado para ocultar os principais fenômenos relacionados à ação monopolista do capital no campo, camuflando o movimento de constante acumulação de riqueza por uma pequena parte da população fruto da concentração da terra e da produção em grande escala para exportação.

Keywords Acronyms

Agronegócio; questão agrária; renda da terra; primarização; escala.

Acronyms

Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

Produto Interno Bruto (PIB)

Grupo Político de Cooperação composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)

I. Introduction

O Brasil atravessou suas últimas três décadas sem um Projeto de Nação que pudesse fazer frente à agenda de Governança Global neoliberal. Os governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016) considerados pela literatura governos pós-neoliberais enfrentaram forte ofensiva do capital financeiro internacional e a partir

de relativa intervenção do Estado na economia brasileira, quando comparado a períodos anteriores, via taxa cambial conduziram uma política macroeconômica que permitiu promover via programas sociais a distribuição de renda.

Na ausência de um projeto de nação o modelo produtivo do agronegócio foi, sobretudo, na última década utilizado pelo governo brasileiro para garantir saldo comercial positivo. Na atualidade uma das referências que contribuem para uma melhor compreensão do mundo agrário é o livro a História das agriculturas no mundo, de Mazoyer & Roudart. Esta obra evidencia que o novo mundo agrário não pode ser compreendido sem sua história, como fazem os ideólogos do agronegócio. Esse tipo de compreensão setorial e unidimensional é a grande responsável pelo processo de reprimarização da economia, mediante a intensificação da comoditização da agricultura brasileira. Esse tipo de leitura desconsidera a intrínseca relação entre a concentração da terra, a produção em grande escala para exportação, com a concentração da riqueza.

No Brasil como o tema da primarização da economia é comumente estudado por economistas e o paradigma predominante na economia considera a questão agrária brasileira como uma questão do passado, algo resolvido o problema da concentração da propriedade privada da terra não é considerada como uma questão de modelo de desenvolvimento. Neste sentido, raramente encontramos estudos preocupados em tecer alguma relação entre a primarização da economia e a concentrada estrutura fundiária brasileira. Como a indústria é parte da concentração da terra no Brasil e o agronegócio uniu tudo, nos estudos conduzidos a partir da teoria marginalista após a transformação da economia política de Smith (1723); Marx (1967) e Ricardo (1982) em – mera ciência econômica de viés microeconômico, focada em estudos de caso ou em setores da economia – passa-se a adotar a relação entre a oferta e a demanda, mudando consideravelmente a importância anteriormente dada pela economia política ao trabalho social. Em detrimento da supressão da importância do trabalho social surgem inúmeros estudos de microeconomia sobre o agronegócio.

O abandono da renda da terra como categoria analítica do desenvolvimento agrário deve-se principalmente à substituição da teoria clássica do valor trabalho por uma nova concepção de valor, subjetiva, trazida pela teoria marginalista, teoria essa que passou a ter quase que a hegemonia dentro da teoria econômica contemporânea.

A renda da terra é uma das categorias mais discutidas e polêmicas dentro da história do pensamento econômico, principalmente na escola clássica. Foi uma das bases da teoria ricardiana, que, com sua teoria dos rendimentos decrescentes, mostrou as conexões da renda da terra com a taxa de lucro e com a acumulação de capital e o conseqüente antagonismo entre proprietários de terra e capitalistas.

Conforme já mencionamos anteriormente no Brasil a indústria é parte da concentração da terra e o agronegócio uniu tudo, portanto, tanto à estagnação industrial, quanto a sórdida postura do Estado em relação ao tema questão agrária, devem-se a opção deste em investir na estruturação de uma política agrícola e financeira de comércio exterior orientada a fortalecer a especialização primária exportadora de commodities agrícolas e minerais, fato que inclusive repercutiu sobre a importância do Brasil no contexto dos BRICS, uma vez que a China é uma das principais compradoras das commodities brasileiras.

Em virtude do seu não enfrentamento, o aprofundamento do problema agrário atualmente abarca dois outros novos problemas: a primarização e a desindustrialização da economia. O fim do superciclo das *commodities* coloca a economia brasileira numa encruzilhada: tanto a continuidade do superciclo das *commodities*, quanto seu declínio representa uma ameaça à soberania nacional. A armadilha criada pela comoditização da economia recoloca em tela o problema agrário como uma questão de desenvolvimento para o Brasil. O relançamento do agronegócio como política estruturada, acontece durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1988-2002) que reativa o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Desde então, o peso da participação de *commodities* agrícolas no PIB nacional tem se configurado numa das principais estratégias de desenvolvimento do governo brasileiro.

Em uma economia dependente de *commodities* agrícolas toda vez que a economia é afeta por uma crise de liquidez internacional o Estado prioriza os setores primários exportadores para gerar saldo comercial. É assim que o agronegócio brasileiro, sobretudo nas últimas duas décadas sempre retoma as prioridades da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Concomitante as crises de liquidez, verificamos a aceleração do crescimento econômico da China e Índia com reflexos diretos para os países que tradicionalmente são exportadores de matérias primas e *commodities* internacionais como o Brasil. A aceleração do processo de urbanização e o

aumento da renda destes dois países intensificou o crescimento da demanda por *commodities* ao longo da primeira década de 2000.

Desde a década de 1960, já se discutia se o campo brasileiro representaria um problema ou uma solução para o desenvolvimento da indústria e do emprego no Brasil. De acordo com estudo coordenado pelo Presidente da Associação Keynesiana Brasileira, José Luís Oreiro, a análise da literatura é conclusiva sobre os determinantes do processo de desindustrialização vivenciado pela economia brasileira desde o final da década de 1980. De acordo com Oreiro (2010) existe uma preocupação crescente do público em geral com o processo de desindustrialização. Todavia, embora não existam dúvidas sobre os determinantes deste processo, entre esses determinantes não é elencando a existência de um problema agrário. Sendo assim, mesmo quando a crítica sobre a primarização da economia comparece não se discute o problema agrário como origem primeira deste problema.

Este artigo via situar o problema da primarização da economia brasileira como resultado da combinação da concentração da propriedade privada da terra com a produção em grande escala para exportação, gerando a concentração da riqueza. Neste percurso, trazemos para o debate algumas categorias de análise como a renda da terra, a busca do capital seja na agricultura ou na indústria pelo lucro médio, a perda da importância do trabalho assalariado e das relações não capitalistas de produção para reprodução ampliada do capital. Por fim, apresentamos como o conceito de agronegócio foi forjado e como o conceito de escala é usado como uma artimanha teórica metodológica pelos ideólogos do agronegócio no sentido de mascarar a ineficiência deste sistema produtivo na produção de alimentos.

2. A questão agrarian brasileira e o processo de reprimarização da economia no context dos Brics

A economia brasileira nunca abandonou seu viés agrário exportador e industrial que teve influência decisiva na forma de organização territorial do campo, da cidade e da indústria no Brasil. Neste sentido, uma pergunta que recorrentemente tem aparecido nos debates diz respeito até que ponto o movimento de reprimarização da economia brasileira têm sua estagnação relacionada com o não enfrentamento da questão agrária pelos diferentes governos ou com a

estagnação do progresso técnico industrial e a perda de competitividade das nossas manufaturas, fruto de várias determinações: política cambial, atraso técnico e precariedades na política industrial.

Sobre a estagnação do progresso técnico industrial tanto na agricultura como na indústria o empresário só investe na produção se lhe for assegurado o lucro médio. É daí que surgem os planos de negócio para assegurar que todo capital investido tenha um retorno financeiro dentro do menor intervalo de tempo possível. O capital rentista, por exemplo, nada mais é que capital acumulado por meio da acumulação primitiva ou espoliação. Este tipo de capital recebe do sistema financeiro a garantia que seu retorno financeiro ocorrerá no menor intervalo de tempo possível, influenciando, portanto, os detentores de capital a investirem cada vez menos em atividades produtivas, uma vez que o sistema financeiro lhes assegura o retorno do seu investimento na forma de lucro médio por meio de bolhas especulativas.

O lucro médio na agricultura é dado pelas terras menos férteis. Neste sentido, o empresário que investir em terras férteis além do lucro médio poderá obter um lucro suplementar. Na indústria o lucro suplementar é auferido por aqueles que aplicam uma técnica mais avançada em comparação com o nível técnico médio utilizado pelo seguimento industrial (SCHUMPETER, 1970). Na indústria o lucro médio não é um fenômeno permanente ao contrário da agricultura onde o lucro suplementar é relativamente longo. Contudo, diferente da indústria onde é possível construir mais fábricas com maquinário moderno, na agricultura não é possível produzir "terra". A extensão de terra é limitada e todas as terras mais férteis já estão ao menos em teoria ocupadas por economias privadas. Com isso, no campo com o advento do agronegócio nos distanciamos cada vez mais do ritmo de produção da natureza, uma vez que existe uma busca frenética de ajustar o tempo da natureza ao tempo do capital. Com isso, abre-se uma corrida com forte intervenção da ciência e da tecnologia para engordar o frango ou o boi no menor intervalo de tempo possível a partir da modificação genética destes animais ou produzir por intervenção da irrigação duas safras e meia de uva na região do Vale do São Francisco no eixo Juazeiro-Petrolina no Estado da Bahia.

Lembramos que a renda diferencial I é auferida por aqueles que detêm a posse das terras mais férteis; a renda diferencial II é resultado do progresso técnico na agricultura; já a existência da renda absoluta esta relacionada com o monopólio da propriedade privada da terra; e o da renda de monopólio é o lucro suplementar oriundo do preço do monopólio de uma mercadoria produzida em uma porção de superfície terrestre dotada de qualidades especiais, ou seja, não depende de trabalho nem do custo médio de produção.

Dito isso, lembramos também que a relação entre o capital constante e capital variável constitui-se no corolário da acumulação do capital e que no campo não é possível controlar todas as variáveis na agricultura, como é na indústria de forma que a velocidade da acumulação do capital na indústria via capital constante é maior. Para manter-se competitivo o agronegócio ano a ano conta com uso de maquinaria pesada, fazendo uso do que Marx definiu como trabalho morto, aquele que dispensa mão de obra humana (trabalho vivo). A expansão do capitalismo se dá a partir do trabalho morto que gera a mais-valia relativa. O desenvolvimento tecnológico intensifica o trabalho morto deixando claro que sem uso intensivo de máquinas, melhoramento genético, e uso de agroquímicos, e o massivo apoio do Estado financiando o setor, o agronegócio tombaria do dia para a noite.

As experiências da agroecologia e da soberania alimentar são tentativas de promover uma reaproximação da comida da natureza e da comunidade, subtraindo a ideia de mercadoria. Estas experiências acontecem no Brasil há pelo menos vinte anos e constituem um novo regime alimentar, não aceitando a dependência às grandes corporações.

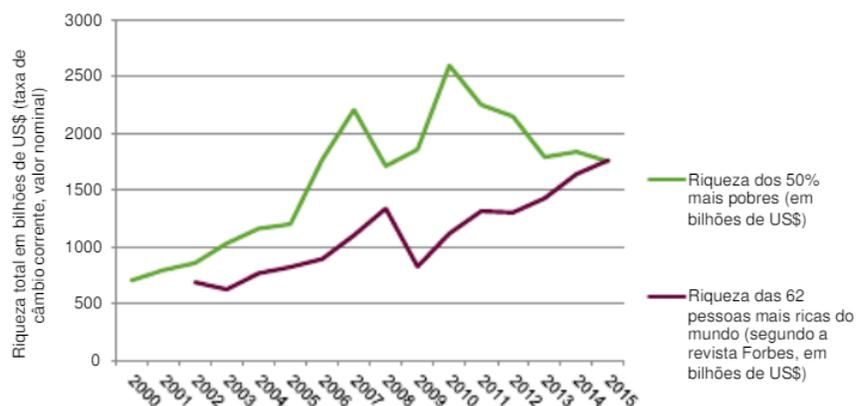
Até então se acreditava que o desenvolvimento do capitalismo no campo eliminaria as relações de produção não capitalistas, acontece que as relações de produção não capitalistas – possuem uma importância fundamental na reprodução ampliada do capital, pois conforme explicaremos mais adiante, o agronegócio contabiliza como sua 70% da produção de alimentos que é realizado pelo campesinato e pela agricultura familiar. Todavia, hoje em dia se consideramos a acumulação por espoliação proposta por David Harvey à importância das relações de produção não capitalista já não são tão importantes

mais para o processo de acumulação primitiva do capital, como foi no passado com a financeirização da economia. A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003, p 137-182) definiu como acumulação pela espoliação compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relações de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. A forma como o agronegócio sucroalcooleiro, aproveita da condição do camponês para apropriar-se da renda da terra, e ao mesmo tempo liberar força de trabalho para se proletarizar em grande parte nas próprias indústrias da cana-de-açúcar constitui-se em um exemplo atual de espoliação.

A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas (HAVEY, 2003). Evidente que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos. Além da espoliação há a tentativa de controle dos territórios que resistem através de políticas públicas elaboradas em conjunto pelo Estado, agências multilaterais e transnacionais.

Em resposta a este questionamento destacamos que a concentração da terra, e a produção em grande escala para exportação, está diretamente vinculada à concentração da riqueza. Desde 2009, a riqueza de 1% da população subiu de 44% do total de recursos mundiais para 48% em 2015. Em 2016, pode superar 50% se o atual ritmo de crescimento for mantido. O que significa que a riqueza de 1% deve ultrapassar a riqueza de 99% da população mundial. E há quem defenda esse nível de desigualdade. A Figura 1 mostra que a riqueza das 62 pessoas mais ricas do mundo cresce mais rápido que a dos 50% mais pobres do mundo, demonstrando o contínuo aumento da desigualdade.

Figura 1 - Riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo e estagnação da metade mais pobre da população mundial



Fonte: Riqueza dos 50 por cento mais pobres segundo o relatório Global Wealth Databook 2015 do Banco Credit Suisse. Os dados sobre a riqueza líquida dos 62 indivíduos mais ricos do mundo foram extraídos da lista anual de bilionários da Forbes.

Contudo, como no Brasil a questão agrária é vista como uma questão do passado, algo resolvido, uma vez que o pensamento econômico contemporâneo abandonou a renda da terra como categoria analítica do desenvolvimento agrário raramente essa relação entre concentração de terras e de riqueza comparece nos debates sobre projetos de desenvolvimento para o futuro do Brasil.

Conforme acabamos de ver a concentração da terra, e a produção em grande escala para exportação, está diretamente vinculada à concentração da riqueza. Neste sentido, o estado brasileiro nunca enfrentou o problema da concentrada estrutura fundiária brasileira, pelo contrário, tem permitido e fomentado a aquisição de terra por grupos estrangeiros, popularmente citadas na literatura como estrangeirização, *land grabbing* e/ou acaparamiento, adicionando assim novos elementos a já complexa questão agrária brasileira BORRAS JR; FRANCO; WANG, 2011; ZOOMERS, 2010; VISSER; SPOOR, 2011.

No Brasil uma das regiões com maior investimento estrangeiro é o território conhecido como MATOPIBA, formada por 31 microrregiões com aproximadamente 73 milhões de hectares nos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. Pesquisas realizadas por mais de uma década mostram que, em 2003, havia 1,2 milhão de hectares cultivados. Dez anos depois, o agronegócio controlava 2,5 milhões de ha. Três quartos da territorialização ocorreram sobre vegetação nativa, a maior parte no Cerrado. A sórdida postura do Estado em relação ao tema questão agrária, devem-se a opção deste em investir na estruturação de uma política agrícola e financeira de comércio exterior orientada a fortalecer a especialização primária exportadora de commodities agrícolas e

minerais, fato que inclusive repercutiu sobre a importância do Brasil no contexto dos BRICS, uma vez que a China é uma das principais compradoras das commodities brasileiras e ao mesmo tempo um dos países que mais tem adquirido terras na região de MATOPIBA.

Esta estratégia econômica de capital financeiro tem perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado e, via a reestruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), a partir da década de 2000, tem como única meta a exploração das vantagens comparativas naturais, principal fator mobilizador da inserção externa brasileira e não o progresso técnico de setores chave da economia, como a indústria.

Neste processo de crescimento desigual, pela concentração da riqueza, conforme salienta Fernandes (2016) as corporações do agronegócio usam seu poder econômico como estratégia geopolítica para garantir e ampliar mercados e territórios. Em escalas nacional, regional e local, as corporações articulam-se com senadores, deputados, presidentes, governadores, prefeitos, por meio de lobbies, para obter subsídios e isenções fiscais, dominando territórios, impondo o modelo hegemônico, impedindo governos, quando necessário para bloquear a territorialização das alternativas agroecológicas. Com a produção intensiva de monocultivos na forma de *commodities* para exportação, exploram mão de obra barata e os recursos naturais ao esgotamento, para depois abandonar a região e se transferir para novas áreas e continuar o ciclo predatório.

De acordo com Souza (2013) os fundos soberanos apresentam participação direta de Estados Nacionais, sobretudo os países exportadores de petróleo (Estados árabes do Golfo) e asiáticos (China, Coreia do Sul e Cingapura) que controlam cerca de 80% do seu valor mundial. Ainda de acordo com Souza:

Trata-se de estratégia desses Estados na consolidação de empresas, players mundiais que produzem nova configuração geopolítica mundial. Criada em 2002, a Adecoagro, por exemplo, tem a Soros Fund Management LLC (62%) como sua principal acionista, seguida pela Qatar Holding LLC (38%), que apresenta-se como uma das principais proprietárias de terras, que passa a atuar no Brasil (quase 300 mil hectares) como produtora de alimentos e biocombustíveis (ADECOAGRO, 2013). Ainda sobre este assunto, em matéria publicada no Valor Econômico denominada **“Esqueça o banco e o ouro, o futuro virá das terras”** o investidor norte-americano Jim

Rogers indica a mudança de orientação nos ativos e afirma: “Compro principalmente ativos agrícolas. Compro fazendas de capital aberto na Austrália, Indonésia e África. Mas é possível investir em tratores, fertilizantes, sementes. Há muitas maneiras de fazer isso”. (VALOR ECONÔMICO, 24/07/2013) citado por (SOUZA, 2013, p. 5).

Os apontamentos tecidos acima são feitos na perspectiva de analisar os processos que se instauram na relação entre a economia política do agronegócio e a questão da reprimarização da economia brasileira. Sem este tipo de ponderação não é possível compreender esse processo, resultado de múltiplas determinações, sendo a concentração da propriedade privada da terra o principal delas, uma vez que a atuação do grande capital e suas *tradings* que têm como marco teórico a acumulação por espoliação (LUXEMBURGO, 1967; HARVEY 2004, 2006) frente às disputas por terras e água em territórios campestinos e de comunidades tradicionais, em uma dinâmica de reprimarização da economia e de comoditização da agricultura (VITTI, SOUZA, 2012; SOUZA, CABERO DIEGUES, 2012).

Esse processo de comoditização da agricultura tem alterado significativamente a composição das matrizes produtivas locais e regionais, determinando uma especialização regional produtiva, forjada pela inflexão positiva da demanda, o que marca a expansão mundial de *commodities*.

Neste sentido, o Brasil passou a ganhar maior importância no cenário mundial de comércio de produtos primários, concorrendo com uma mudança na composição de sua balança comercial, fortemente marcada por uma tendência de reprimarização, aumentando sua participação na produção e no comércio exterior. Essa lógica de acumulação tem como expressão geográfica a categoria território, na medida em que revela um sentido de classe no processo de apropriação do espaço e determinação de relações de poder a partir da propriedade privada da terra.

Após a explanação de alguns pontos com centralidade para entendimento do tema em debate, e retomando nossa afirmação feita no início deste tópico sobre a indústria fazer parte da concentração da terra no Brasil e do agronegócio ter unido tudo, destacamos que o agronegócio é um conceito político, utilizado no contexto brasileiro para esconder a ineficiência da agricultura e da propriedade da terra no Brasil. Essa ineficiência criou historicamente uma estrutura de poder

representada pela bancada ruralista, para defender os interesses dos ruralistas. Com isso, criou-se um setor que domina a narrativa junto das corporações sobre sua importância para a balança comercial brasileira o que ano após ano tem produzido uma política cambial com efeitos devastadores para a indústria nacional que não dispõem do mesmo poder econômico e estratégia geopolítica que as corporações do agronegócio dispõem para garantir mercados e territórios. A concentração de terras e o não enfrentamento da questão agrária pelos diferentes governos é sem dúvidas uma questão de desenvolvimento e tem a partir da comoditização da agricultura e da pecuária brasileira, sobretudo com o advento do capital financeiro, que precisa cada vez menos do trabalho assalariado e do desenvolvimento das forças produtivas para se reproduzir contribuindo para o processo de desindustrialização no Brasil.

Uma alternativa para lidar com a força do agronegócio está na proposição de um Brasil agrário agroecológico via criação de um ministério da agricultura camponesa que não tratará só de negócio em uma perspectiva setorial. De acordo com Fernandes (2016) uma política agrária com base na soberania alimentar e na agroecologia precisa tratar da reforma agrária, porque regime alimentar e questão agrária são indissociáveis.

Contudo, tudo indica que a partir de primeiro de janeiro de 2019 teremos um congresso pior que o atual, que seguirá criminalizando a luta das organizações sociais e favorecendo o agronegócio em detrimento da indústria nacional, pois a conjuntura que se desenha para as eleições de outubro de 2018 sugerem que o fenômeno conservador será potencializado, em virtude do aumento das bancadas conservadoras da bíblia, da bala e do boi.

3. O conceito de escala usado como uma artimanha teórica metodológica pelos ideólogos do agronegócio

Neste tópico apresentamos um breve arrazoamento referente à artimanha teórica metodológica contida no conceito de agronegócio. Para tanto, antes apresentamos como este conceito foi forjado e na sequência como os ideólogos do agronegócio usam o conceito de escala como uma armadilha teórica metodológica, visando mascarar a ineficiência deste modelo primário agroexportador, baseado na elevada concentração da propriedade privada da terra no Brasil, que criou historicamente uma estrutura de poder representada pela

bancada ruralista, que junto das corporações construiu uma narrativa sobre sua importância para balança comercial brasileira.

Sobre o conceito de "*agribusiness*" ele foi criado na década de 50 por Jonh Davis e Ray Goldberg, professores de economia da Universidade de Harvard e que no ano de 1957 publicaram o livro *A concept of agribusiness* que aborda a interdependência de diferentes atividades produtivas que são sistematizadas na forma de um conjunto de sistemas adotado como instrumento de descrição técnico-econômica dos caminhos percorridos necessários para a elaboração de um produto final organizado a partir dos subsistemas: agricultura, pecuária, agroindústria, comércio e sistema financeiro, que são agrupados em três momentos produtivos distintos, porém inter-relacionados: o antes, o dentro e o depois da porteira, entendido também como a somatória das operações de produção, processamento e distribuição.

A respeito deste conceito e para evitar equívocos é preciso esclarecer que nas ciências humanas recorrentemente o conceito de agronegócio foi e continua sendo apresentado na forma de síntese, ou seja, nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo o conceito de agronegócio é apresentado como um modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista, o que por um lado não deixa de ser verdade, todavia, a partir apenas desta síntese, não é possível desmascarar um problema essencial trazido no interior deste conceito, que conforme veremos adiante, contabiliza como sua, por exemplo, a produção de origem camponesa dos assentamentos rurais, além da produção dos pequenos e médios produtores.

Antes de avançarmos nesta análise, não podemos deixar de mencionar a matriz de insumo-produto concebida nos anos 40 pelo economista russo Wassily Leontief, como um instrumento da contabilidade social que permite conhecer os fluxos de bens e serviços produzidos em cada setor da economia, destinados a servir de insumos a outros setores e para atender a demanda final. Cabe ressaltar matriz vem sendo elaborada por um número cada vez maior de países, a ponto de o Novo Sistema de Contas Nacionais de 1993 (SNA-93) recomendarem sua utilização integrada a outros instrumentos da contabilidade social. Neste artigo não trabalharemos com a matriz de insumo-produto propriamente dita, uma vez que o conjunto de sistemas e sub-sistemas criado por Davis e Goldberg desenvolveu seu próprio instrumento de contabilidade social. Dada à natureza complexa do sistema produtivo, sua melhor representação se daria por meio de matrizes, daí o nome Matriz Insumo-Produto (MIP). Atualmente, compete ao IBGE

a elaboração das MIP's brasileiras, cuja abrangência é nacional e cuja periodicidade é quinquenal.

Outro conceito usado desde o início dos anos 70 na França é a noção de filière de produção. A existência da noção de filière parte do reconhecimento que no decorrer da produção de um dado produto, ocorrem relações entre agentes econômicos que se situam em diferentes estágios da cadeia de produção, as quais auxiliam na descrição e explicação da estrutura e do funcionamento de uma atividade econômica. Com a noção de filière entende-se que as condições de funcionamento e o desempenho de uma empresa ou um setor são condicionados pelo desempenho dos setores a montante e a jusante, bem como pelas modalidades de relação que são estabelecidas com estes setores.

A definição de filière apresenta implicitamente a idéia de circulação de circuito. Em função disto, alguns autores localizam a origem da noção de filière em escritos dos economistas fisiocratas dos séculos XVII e XVIII, citando Quesnay, que usou o termo canal para se referir à circulação de riqueza e Adam Smith, que descreveu os diferentes estágios da produção de alfinetes.

No setor agroalimentar, Davis e Goldberg são reconhecidos como os precursores da análise de filière, ainda que no livro ***A concept of agribusiness*** não utilizem em nenhum momento essa terminologia, o que só vai acontecer onze anos mais tarde no ano de 1968 quando Goldberg cria o conceito de Sistema de Commodities, que é na perspectiva deste autor e dos ideólogos do agronegócio um conceito mais abrangente a medida que incorpora ideias contidas nas modernas definições de filière, indo, portanto, além daquele de agroindústria originalmente apresentado na obra acima. De acordo com Goldberg, o Sistema de Commodities é uma visão que engloba todos os participantes implicados na produção, na transformação na comercialização de um produto agrícola. Ela inclui os fornecedores da agricultura, os agricultores, os empresários de estocagem, os atacadistas e os varejistas, permitindo ao produto bruto, passar da produção ao consumo. Ela concerne enfim todas as instituições governamentais, os mercados e as associações de comércio que afetam coordenam os níveis sucessivos sobre os quais transitam os produtos.

Nosso intuito com a organização deste breve arrazoamento foi o de apresentar com algum nível de precisão conceitual como o conceito de agronegócio foi forjado e ao mesmo tempo chamar a atenção para uma questão central deste debate que é o conceito de escala, conforme discutiremos a partir deste ponto. O conceito de escala é utilizado na obra de Davis e Goldberg como estratégia, o

que permite aos ideólogos do agronegócio usar a seu favor uma espécie de armadilha teórica metodológica quando afirmam que todos os produtores independentemente do seu tamanho participam do agronegócio. Essa afirmação baseada na indeterminação do tamanho das propriedades e/ou estabelecimentos rurais, neste caso usado como sinônimos permite ao agronegócio somar ao monocultivo do milho, por exemplo, praticados em gigantescas extensões de área principalmente na região centro-oeste a produção do milho que é produzido pelas famílias camponesas, pelas famílias assentadas, bem como de todos os pequenos e médios agricultores familiares que se encontram espalhados por todo o Brasil. O mesmo acontece com o café produzido nas grandes fazendas do estado de Minas Gerais, e que dentro dessa mesma lógica contabiliza como sendo sua toda a produção de café que não é realizada a partir das grandes fazendas. A política agrária brasileira destina somente 10% dos recursos para a agricultura camponesa, portanto 90% estão concentrados no agronegócio, que controla 76% das terras agrícolas, mas que produz só 68% do valor bruto da produção. Ignorando os dados dos censos agropecuários, os ideólogos do agronegócio questionam a participação do campesinato na produção de alimentos como estratégia para evitar o reconhecimento de sua importância à medida que as cadeias produtivas se apropriam da sua produção.

Esse tipo de processo que acabamos de descrever permite ao agronegócio apropriar-se da renda da terra produzida pelo campesinato e tem suscitado no campo da Geografia Agrária o debate sobre a territorialização do monopólio caracterizada por mecanismos de imposição sobre as relações sociais de produção. Ou seja, sobre as relações sociais de produção, sem que sua gênese seja, necessariamente, capitalista. Assim, sem necessariamente precisar produzir o capital incorpora terras por meio de arrendamentos e ou controlando os processos de circulação de mercadorias, subordinando camponeses e capitalistas produtores. Essa fusão do que é produzido pelo campesinato, bem como pelos pequenos e médios agricultores familiares ao grande agronegócio é o que permite que *tradings* como (ADM Bunge, Cargill, Louis Dreyfus, por exemplo) mantenham o controle dos fluxos produtivos com reduzida imobilização de capitais no ativo terra.

O conceito de agronegócio legitima conforme bem destaca Fernandes (2016) a forma como a sociedade capitalista organizou o campo e a cidade. Para Fernandes essa forma de organização territorial está associada ao modelo agrário e industrial e nos convida a repensar a produção de alimentos numa relação mais próxima da

natureza, o que implica repensar o modelo agrário e industrial e, portanto, as formas de organização territorial do campo e da cidade, ou seja, é preciso pensar o próprio sistema.

Sendo assim, a ideia de que todos participam do agronegócio deve ser lida criticamente como uma artimanha teórica metodológica usada pelos ideólogos do agronegócio com objetivo de ocultar a ineficiência deste modelo primário-agroexportador na produção de alimentos (arroz, feijão, batata, mandioca) uma vez que o conjunto do agronegócio brasileiro dedica-se exclusivamente a produzir apenas seis produtos: soja, milho, carne bovina e de frango, açúcar e café.

4. A tentativa de construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial e de um modelo alternativo

Está em curso uma nova divisão internacional da produção e do trabalho que condena a maior parte dos países do hemisfério Sul a tornarem-se meros exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais. Essa divisão faz parte de um movimento de primarização da economia brasileira, centrada nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, com o objetivo de gerar saldos comerciais para a remuneração dos capitais estrangeiros. A seguir apresentamos o contexto no qual o termo territorial foi inserido a agenda petista, revelando como que essa política dita territorial pouco avançou na defesa de interesses relacionados à soberania nacional e na desconcentração da estrutura agrária brasileira, essa sim, de grande relevância no contexto de uma política legitimamente territorial, pois como já vimos anteriormente a concentração de riqueza possui intrínseca relação com a concentração da terra, e com a produção em grande escala para exportação. Recorrentemente alguns modismos capturam o interesse de pesquisa das ciências humanas e sociais. Consultando Anais dos principais eventos da Geografia Agrária Brasileira, durante os governos Lula e Dilma, verificamos que à medida que o tema desenvolvimento territorial é parcialmente acomodado pela agenda acadêmica no Brasil, sobretudo com fomento do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico – CNPq, o tema questão agrária perde espaço nas discussões, ou seja, mesmo continuando extremamente importante e atual o debate sobre os novos elementos que compõem a questão agrária brasileira, com a intensificação do controle exercido pelo capital financeiro sobre o campo brasileiro, o tema força da moda é o desenvolvimento territorial.

Sendo assim, no intuito de esclarecer o contexto no qual se justifica o este tipo de debate, inicialmente gostaríamos de pontuar em que cenário, ou seja, em que conjuntura emerge a associação do termo “territorial” às políticas públicas de desenvolvimento rural brasileiras. Para tanto, faz-se necessário lembrar que o uso do termo territorial é atribuído às políticas públicas brasileiras desde o governo Fernando Henrique Cardoso FHC (1985-2002) e tiveram seu escopo intensificado com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder.

Durante os governos Lula e Dilma, parte dos ministérios, sobretudo aqueles que direta ou tangencialmente mantinham ligação com redução da pobreza, desigualdade no campo, redução da fome ou que, de alguma forma, tinham como missão investir em ações que promovessem a dignidade humana adotaram o uso do termo territorial na apresentação de seus programas ministeriais. Ou seja, entre os vários adjetivos que o desenvolvimento já assumiu no Brasil (desenvolvimento ambiental, endógeno, local, sustentável, humano) a moda agora seria adjetivar o modelo de desenvolvimento das políticas públicas do governo petista com o termo “territorial”.

Entretanto, é sabido que uma abordagem via políticas públicas mais abrangentes, focada no aprofundamento de direitos civis e da dignidade humana, exige, dentre outras coisas, uma revitalização da relação entre capital e Estado.

Neste sentido, o caso brasileiro é um caso interessante, pois os governos Lula e Dilma não mudaram os rumos do modelo de desenvolvimento do país. Seguiram com um modelo de desenvolvimento neoliberal, porém, com uma participação mais intensa do estado de forma pontual em algumas frentes, somando-se assim ao que a literatura designou na América Latina de governos pós-neoliberais, a exemplo do Equador, Bolívia e Venezuela (SANTOS 2014).

As políticas territoriais em questão tiveram sua origem no interior da formulação neoliberal, da perda da primazia industrial, da privatização e terceirização e, sobretudo, da intensificação do poder do capital financeiro do qual, diga-se de passagem, no Brasil tem ampliado sua participação.

A este contexto podemos somar a partir do ano 1990 o processo de liberalização da economia brasileira, ou seja, poucos anos após a constituinte de 1988, a década de 1990 foi marcada pela criação de espaços de trânsito entre a sociedade civil para o Estado (DAGNINO, 2004).

Este cenário reforça a necessidade de análise sobre o ataque que é feito aos direitos humanos mínimos para que os homens e as mulheres do campo no Brasil possam viver com dignidade. Estamos nos referindo à disputa territorial do

agronegócio versus campesinato (FERNANDES, 2008), disputa essa que também é travada no campo das políticas públicas.

De acordo com Dagnino (2004), dentre estes espaços podemos destacar os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, os Orçamentos Participativos, que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, ao passo que existe uma aposta na atuação conjunta entre estado e sociedade civil, visando o aprofundamento democrático, lembramos que:

Com a eleição de Collor em 1989 e como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington (DAGNINO, 2004, p.97).

O cenário apresentado gerou nos anos que se seguiram um estado de emergência, sem que ele fosse declarado, pois embora não tenha ocorrido uma suspensão formal da democracia, pois nos deparamos com o pleno funcionamento constitucional, todavia, mesmo com a chegada do PT ao poder em 2003, continuamos a viver um gradual esvaziamento democrático.

É neste contexto que o governo petista incorpora a sua agenda o termo territorial, termo este que, notadamente, passa ser apresentado pelos documentos de referência ministeriais como uma nova forma de fazer políticas públicas. Esta situação remete ao velho jargão “é óbvio que aqui o velho ditado continua novo”, mudar a aparência para não mudar a essência”, uma vez que uma das principais políticas de vies territorial adotada pelo governo Brasileiro não teve como objetivo promover nenhum tipo de reordenamento territorial apresentando algum tipo de proposta para a desconcentração da estrutura fundiária do país.

5. Considerações

O modelo agroecológico constitui-se em uma alternativa ao modelo do agronegócio e para que ele aconteça teremos que discutir um novo tipo de ordenamento territorial em substituição ao ordenamento atual extremamente vinculado ao modelo agrário exportador. Neste sentido, conforme sugeri (FERNANDES, 2016) a agricultura precisa se tornar cada vez mais urbana, a ponto de fazer desaparecer a divisão campo/cidade, formando um único território. Será preciso também investir na produção de tecnologias apropriadas, na formação escolar, na técnica dos agricultores empobrecidos pelo agronegócio. A política agrária que precisamos tem de tratar de novos mercados institucionais, populares, domésticos, criando novos espaços de relações mercantis com base na solidariedade e sustentabilidade e não na desigualdade. Frente a criação deste mercados e diante do desempoderamento do agronegócio existe espaço para a indústria nacional voltar a crescer. Ainda de acordo com (FERNANDES, 2016) a política agrária que precisamos tem que criar uma fase de transição, dos agricultores subordinados ao agronegócio, para a agroecologia. Precisa-se criar e ordenar os territórios e definir áreas para a produção de fibras e agroenergia. Uma política agrária com base na soberania alimentar e na agroecologia precisa tratar da reforma agrária, porque regime alimentar e questão agrária são indissociáveis. Como sabemos, as crises criam oportunidades para mudanças.

Sobre o contexto da política agrária que precisamos apresentado acima, lembramos que o programa de reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram no Hemisfério Norte, democratizando a propriedade e criando mercado interno, dependeu de um projeto político de desenvolvimento nacional baseado na industrialização. Esse projeto saiu da agenda no Brasil, não porque não seja um caminho, mas, sim, porque as burguesias industriais brasileiras nunca tiveram um projeto de desenvolvimento nacional.

Com relação à atmosfera política atual, ela não é favorável a este tipo de debate. O Brasil vivencia desde o Golpe Parlamentar sofrido pela Presidente Dilma Housseff, uma profunda crise social, política e econômica. As medidas que se anunciam longe de serem transitórias são estruturantes e seus efeitos ao que tudo indica serão sentidos por décadas.

A conjuntura que se desenha para as eleições de outubro de 2018 sugerem que o fenômeno conservador será potencializado pelo aumento das bancadas ruralista, religiosa e empresarial. Ou seja, todas as bancadas conservadoras estão se preparando para aumentar. Tudo indica que a partir de primeiro de janeiro de 2019 teremos um congresso pior que o atual, que seguirá criminalizando a luta

das organizações sociais e favorecendo o agronegócio. Fora isso, tramita no Congresso análise da proposta de decreto que reduz a reforma agrária a um negócio. Com base na lei 13.465/17 o governo federal pretende abrir mão da sua responsabilidade constitucional sobre a Reforma Agrária, transformando as famílias assentadas em proprietárias e se eximindo da sua responsabilidade de prover Políticas Públicas. No governo federal tal medida tem sido tratada como uma proposta de “modernização dos assentamentos”. Concordamos com Fernandes (2014) sobre a impossibilidade de realizar a reforma agrária clássica, na atual conjuntura, contudo, a simples efetivação da proposta contida no texto original do II Plano Nacional de Reforma Agrária e a reabertura do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) fechado pelo Governo ilegítimo de Michel Temer, representaria um arrazoado ponto de partida.

Sobre as possibilidades de superação desta conjuntura, mesmo no contexto mais otimista, é pouco provável que algum presidenciável apresente alguma proposta de projeto de desenvolvimento para o Brasil que fuja ao tripé: cumprimento das metas de inflação, com (ii) câmbio flutuante e (iii) superávit primário. Ou seja, no melhor dos cenários, caso Fernando Haddad seja eleito, vencendo as eleições do segundo turno contra Jair Bolsonaro, atravessaremos os próximos quatro anos com uma política macroeconômica baseada em algum novo tipo de versão do “Lulismo”, modelo de mudança dentro da ordem, e que durante o mandato do Presidente Lula (2003-2011) conseguiu via programas de distribuição de renda amenizar os impactos do ajuste neoliberal sobre a classe trabalhadora e a população em situação de vulnerabilidade. O termo “Lulismo” foi cunhado em vários artigos e na tese de livre-docência do cientista político e Professor da USP André Singer, que também foi porta-voz de Lula na presidência, de 2002 a 2007.

Sendo assim, diante da ausência de um projeto de Brasil, diante de um parlamento que transformou a “corrupção numa forma de ideologia” (Boito Jr., 2016; Saad-Filho, 2016) não se eleva o debate político brasileiro ao nível dos modelos de projetos de desenvolvimento, escala de análise pertinente ao debate da relação entre o tripé em análise. Atualmente a participação da Indústria no PIB é menor que em 1947 (IBGE, 2015). Esta estatística exaltarà mais uma vez o peso do agronegócio na política macroeconômica brasileira, de forma que urge o debate sobre modelos de desenvolvimento para o Brasil. Ainda que a conjuntura não seja favorável, o papel da academia é ser vanguarda na antecipação de

problemas e produção de conhecimento que contribuam com a construção de uma sociedade mais justa.

Nossa avaliação é de que a superação da atual crise e a retomada do crescimento perpassa pela construção de uma leitura de desenvolvimento que enfrente o problema agrário na sua correlação com a nova divisão internacional da produção e do trabalho, da especialização primária e da desindustrialização. Somente assim será possível superar, conforme bem definiu André Gunder Frank nos anos 1960, considerado um dos criadores da Teoria da Dependência, juntamente de Theotonio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, o atual estágio de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” brasileiro.

Como sabemos, as crises criam oportunidades para mudanças. Precisamos de um projeto de Brasil. Em virtude do seu não enfrentamento pelos diferentes governos, o aprofundamento do problema agrário é uma realidade que ao ser associada à nova divisão internacional da produção e do trabalho produz efeitos negativos ao conjunto da sociedade brasileira, entre eles o emprego gerado pela indústria. Precisamos de um projeto de Brasil. Mais do que nunca a questão agrária situa-se no centro da problemática do desenvolvimento econômico e social do Brasil, motivo que nos motiva a suscitar este debate.

References

ANDRADE, Manoel Correia de. Agricultura & Capitalismo. São Paulo: Ciências Humanas, 1979

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1963.

BARONE, Luis Antonio; MELAZZO, Everaldo Santos; SILVA, Anderson Antonio. Célula do Pontal do Paranapanema – SP: acompanhamento e informação para o desenvolvimento rural. Presidente Prudente, 2011. <disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra073.pdf>> Acesso em: 27 jan. 2015

BELUZZO, L. G. e ALMEIDA, Julio G. – “O Mergulho da Indústria” in Carta Capital 22/06/2011

BORRAS, JR., S.M.; FRANCO, J.C.; WANG, C. The Challenge of Global Governance of Land Grabbing: Changing International Agricultural Context and Competing Political Views and Strategies. **Globalizations**, 10:1, 2013. p. 161-179.

CHAUÍ, Marilena. Uma classe trabalhadora .In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

DAGNINO, Evelina (2004) "¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. A concept of agribusiness. Division of Research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

DELGADO, G. C (2008) – "Tensões Externas e Internas sobre os Preços dos Alimentos" in CONAB - Abastecimento e Segurança Alimentar – O Crescimento da Agricultura e a Produção de Alimentos no Brasil – Brasília – CONAB, 2008.

DELGADO, G. C. (2009) – "O Setor Primário e o Desequilíbrio Externo" in CONAB – Agricultura e Abastecimento Alimentar - Políticas Públicas e Mercados Agrícolas – Brasília – CONAB - 2009.

DELGADO, G. C. e FLORES, J. F. (1998) – "Determinantes da Queda Recente do Preço da Terra no Brasil" in Economia Ensaios, Vols 12/13, nº 1 e 2, julho/dez. de 1998 (Departamento de Economia da UFU).

DELGADO, Guilherme C. (1985) - Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965-1985 – São Paulo - INCONE/UNICAMP – 1985

DELGADO, Guilherme C. Desenvolvimento em Debate. 1º ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012

DELGADO, Guilherme C. Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio - Meio Século de Mudanças Cíclicas. 1º ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012

FERNANDES, Bernardo M. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que poderia ser feita, pág. 191-205. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil / Emir Sader (org.). - São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

FERNANDES, Bernardo M. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Coord.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Clacso - Editora Expressão Popular, 2008. 424 p.

FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. Discutiendo el desarrollo regional: desde la emergencia y la institucionalización de la nueva ortodoxia hacia su reconsideración. *In: _____*. *Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 19-61.

FURTADO, Celso (2000) - *Introdução ao Desenvolvimento – Enfoque Histórico Estrutural* – Rio de Janeiro – PAZ E TERRA, 2000.

GECD – (2000) “Os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, espaços públicos e gestão participativa” (texto de autoria coletiva do Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática). *Idéias*, 5 – 6: 7-96. (IFCH – UNICAMP, São Paulo).

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (org). *A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. “Progresso Técnico e Relações de Produção na Agricultura”, Hucitec, São Paulo, 1981

GRAZIANO DA SILVA, J. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, Hucitec, São Paulo, 1978

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. RJ: Paz e Terra, 1968

GUIMARÃES, Bernardo. O quão importantes são as commodities para o Brasil? *Folha de São Paulo*, 10 nov. 2015. Disponível em: <<http://aeconomianoseculo21.blogfolha.uol.com.br/2015/11/10/quao-importantes-sao-as-commodities--para-o-brasil/>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

HADJIMICHALIS, C. Factores no económicos en la geografía económica y en El “nuevo regionalismo”. *In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Orgs.)*. *Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana*. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 247-265.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. David Harvey: tradução de João Alexandre Peschanski. – São Paulo, SP: Boitempo, 2011

IANNI, Octávio. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONTIEF, W. (1953) - "Produção Interna e Comércio Exterior: Reexame da Posição do Capital Norte-Americano". *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEONTIEF, W. (1963) - "A Estrutura do Desenvolvimento". *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LEONTIEF, W. (1965) - "A Análise de Insumo-Produto". *A Economia do Insumo-Produto*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LYNCH, Daniel. The end of China's rise: still powerful but less potent. *Foreign Affairs*, Jan. 2016. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2016-01-11/end-chinas->

MARTINS, J. S. *O cativo da terra*, Ciências Humanas, São Paulo, 1979

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Vozes: Petrópolis, 1983.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Capítulo VI (Inédito). São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

Mato, Daniel (2003) "Global and Local Agents in the Transnational Making of Representations of Ideas of 'Civil Society' and the 'Third Sector'". Trabalho apresentado ao XXIV International Congress of the Latin American Studies Association (LASA).

MAZOYER, Marcel, 1933- *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea* Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MESZAROS, Istvan. *O Poder da Ideologia*. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. *Desenvolvimento em (des)construção*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

OREIRO, Luis J; FEIJÓ Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

RANGEL, I. "Questão Agrária e Agricultura" in *Encontros com a Civilização Brasileira no 7, janeiro*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975

RICARDO, D. (1996). *Princípios de economia política e tributação*. Coleção Os economistas. São Paulo: Nova Cultural. [rise>](#). Acesso: 02 abr. 2018.

SANTOS, Boaventura de S. (org.). *Democratizar a democracia os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento, 2001 (3ª edição em 2005). Também publicado no Brasil, São Paulo: Editora Cortez (2ª edição).

SANTOS, Boaventura de Sousa (1989), "Estado, sociedade, políticas sociais: o caso da política de saúde", *in* Moura, Alexandrina (org.), *O Estado e as Políticas Públicas na Transição Democrática*. São Paulo: Vértice, 326-389.

SANTOS. Boaventura de Souza. *Para uma Revolução Democrática da Justiça*. São Paulo: Cortez, 2007, 120 p.

SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SCHUMPETER, Joseph A. "Karl Marx — A Doutrina Marxista". In Schumpeter, J. A. *Teorias Econômicas — de Marx a Keynes*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Vol. I e II.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SOUZA, J. G. A questão indígina: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio) *Prima Facie*, João Pessoa, v. 12, n. 22, ano 12, jan-jun, 2013, p. 1-42

SOUZA, J.G.; CABERO DIEGUES, V. Por uma desglobalização da produção alimentar: commodização da agricultura e diversidade produtiva - uma análise de Espanha. **GEOgraphia** (UFF), v. 14, p. 63-81, 2012.

STÉDILE, João Pedro (org). A questão agrária no Brasil. O debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VITTI, G. S. ; SOUZA, J. G. Reprimarização da economia e especialização regional produtiva: análise do EDR de Pindamonhangaba (SP). Anais XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG, 2012, Belo Horizonte-MG. XVII Encontro Nacional de Geógrafos - XVII ENG. Belo Horizonte-MG: AGB- Nacional, 2012. v. 1. p. 1-1.

anderson.peasant@gmail.com

about the author

Anderson Antonio Silva – Pesquisador do NERA/FCT-UNESP desde 1999. Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor Assistente da Faculdade de Tecnologia de Presidente Prudente entre (2007-2016). Atualmente é Doutorando da Universidade Federal de Goiás e bolsista do CNPq. É parecerista e membro do Conselho Científico das Revistas NERA, Campo Território e parecerista “Ad Hoc” da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER).

Manoel Calaça – Possui graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Goiás (1974), mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro (1983) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993). Atualmente é professor titular da Universidade Federal de Goiás. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: migração, modernização do campo, territorialização do capital no Cerrado, relações de trabalho, mobilidade populacional e agricultura e movimentos sociais no campo.

Luiza Helena Barreira Machado – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Desde 2013 é Professora do Instituto Federal de Goiás (IFG) Campus de Luziânia.



Universidade de Brasília - UnB

